

# CORPOS QUE FALAM – BIOPOLÍTICA E SAÚDE LGBTQI<sup>1</sup>

CUERPOS QUE HABLAN – BIOPOLÍTICA Y SALUD LGBTQI

TALKING BODIES – BIOPOLITICS AND HEALTH LGBTQI

**Luís Antonio Bitante Fernandes\***

Universidade Federal de Mato Grosso | Campus do Araguaia

**RESUMO:** Numa leitura dos corpos, com base nas contribuições foucaultianas sobre a biopolítica, este artigo tem por objetivo discutir as vozes corporais das identidades dissidentes, em seus processos de transexualização. Identidades trans como expressões legítimas do ser humano, em modos de ser de seus corpos ditos não normais. Em análise de depoimentos em investigações realizadas com pessoa trans, propomos o debate na perspectiva de dispositivos, como máquinas que estabelecem e misturam, gerando sentidos na sociedade. Discursos constituem os seus objetos, como práticas que sistematicamente dão forma aos objetos sobre os quais falam. A linguagem é performativa, além de denotar e conotar. O trabalho de desconstrução contrassexual rompe com toda uma série de binômios oposicionais e põe fim à natureza como sujeição dos corpos, o que supõe que o sexo e a sexualidade (e não somente o gênero) devem compreender-se como tecnologias sociopolíticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica. Corpos Dissidentes. Transexualização. Saúde LGBTQI. Vozes corporais.

**RESUMEN:** En una lectura de los cuerpos con base en las contribuciones foucaultianas sobre la Biopolítica, este artículo tiene por objetivo discutir las voces corporales de las identidades disidentes en sus procesos de transexualización. Identidades trans como expresiones legítimas del ser humano en modos de ser de sus cuerpos dichos no normales. En el análisis de testimonios en investigaciones realizadas con personas Trans, proponemos el debate en la perspectiva de dispositivos, como máquinas que establecen y mezclan, generando sentidos en la sociedad. Los discursos constituyen sus objetos, como prácticas que sistemáticamente dan forma a los objetos sobre los que hablan. El lenguaje es performativo, además de denotar y de conotar. El trabajo de deconstrucción contrasexual, rompe con toda una serie de binomios opositores y pone fin a la naturaleza como sujeción de los cuerpos, lo que supone que el sexo y la sexualidad (y no sólo el género) deben comprenderse como tecnologías socio-políticas.

**PALABRAS CLAVE:** Biopolítica. Cuerpos Disidentes. Transexualización. Salud LGBTQI. Voces corporales.

**ABSTRACT:** In a reading of bodies based on Foucaultian contributions on Biopolitics, this article aims to discuss the voices of dissident identities in their transsexualisation processes. Trans-identities are defined as legitimate expressions of the human being in ways of being of their so-called non-normal bodies. In an analysis of testimony in investigations carried out with Trans person,

---

<sup>1</sup> "Identidades, Territorialização e Saúde de travestis moradoras em uma cidade mato-grossense" - Projeto de Pesquisa financiado pelo Edital PPSUS 003/2017 – FAPEMAT.

\* Possui Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/FCL - Ar. (2011). Atualmente, é professor Associado I na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e cadastrado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia - ICHS/UFMT/Cuiabá. E-mail: bitante67@hotmail.com.

we propose the debate in the perspective of devices as machines that establish and mix, generating meanings in society. Discourses constitute their objects as practices that systematically shape the objects about which they speak. Language is performative, as well as denoting and connoting. The work of counter-sexual deconstruction breaks with a whole series of oppositional binomials and puts an end to nature as a subjection of bodies, what may suggest that sex and sexuality (and not just gender) must be understood as partner technologies - policies.

KEYWORDS: Biopolitics. Dissident Bodies. Transexualization. LGBTQI Health. Body voices.

## 1 INTRODUÇÃO: CORPOS QUE FALAM...

O recorte deste texto é parte do referencial da pesquisa – *Identidades, Territorialização e Saúde de travestis moradoras em uma cidade mato-grossense* – que tem por objetivo avaliar a integralidade da atenção à saúde do público LGBTQI, sob a ótica das políticas públicas em saúde. Especificamente, neste trabalho, busco construir um diálogo entre categorizações e práticas, em que corpos-sujeitos, presentes em práticas cotidianas, não se reconhecem em seu lugar de nascimento, o que os leva a uma busca por resignar seu corpo na congruência com sua identidade gênero. O Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ser o lugar do acolhimento para os processos de resignações, porém, muitas vezes, não o é.

Falar com e pelo corpo, *Corpos que falam*, é a tentativa de comunicar-se com e por meio de dissidências e/ou de transições em que, ao mesmo tempo que se percebe, sente os conflitos que são regidos pelo saber do biopoder e da biopolítica, presentes nas instituições, condicionando-os e aprisionando-os em corpos não reconhecidos.

Este fragmento é o mote que nos leva a querer pensar, inicialmente, nas descrições presentes no termo LGBTQI em sua relação com o biopoder. Nessa configuração de letras e signos há em seu constituir-se imposições e determinações que partem do outro, de como *corpos* podem e devem expressar-se, movendo-se em uma estrutura composta pela biopolítica. Posteriormente, o fragmento leva a entender parte da lógica que a biopolítica promove no condicionamento dos corpos como não falantes.

Nas primeiras letras, *L*, *G* e *B*, os signos se referem às formas de expressar os desejos em suas diversas e variadas configurações. Lésbicas e Gays, pessoas que sentem atração romântica ou sexual por outras pessoas do mesmo gênero; bissexuais, pessoas que sentem atração romântica ou sexual por ambos os gêneros. Pessoas que orientam seus desejos na forma homoafetiva, falam com e por seus corpos de diversas formas. Temos aquelas e aqueles que podem ter sua identidade de gênero acionadas pela cisnormatividade, mesmo expressando um direcionamento homo; outras podem expressar-se em identidades dissidentes, embaralhando todas as possibilidades e rompendo de vez com o equívoco na associação entre Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Nesta segunda forma do falar-se, provocam no outro um sentido de deslocamento da ordem vigente, que os levam ao estranhamento, à repulsa, ao desconforto.

Os signos *Ts* remetem às identidades dissidentes plurais. Travestis, Transexuais e Transgêneros “cabem” nesse lugar, lugar da não visibilidade e do não reconhecimento social. Discutir a invisibilidade é mostrar como o sexo é o resultado de uma tecnologia da biopolítica. Isto é, pensando por Preciado (2014), observamos o reflexo sobre o processo de todo um complexo sistema de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos com a sexualidade e os usos atribuídos a eles.

No contexto de corpos como o lugar da fala, utilizando-se da obra de Berenice Bento (2006) – *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, encontramos uma postura de *transgressão* que coloca a *transexualidade* como “objeto de estudo”, elaborado por meio de indagações que verificam os conflitos, as brechas, os interstícios, as fissuras e as disjunções e que possibilitam que os sujeitos subvertam as normas de gênero em expressões *queer*. Se as sociedades inventam formas de regular e de materializar o sexo nos sujeitos, e se essas “normas regulatórias” necessitam ser repetidas frequentemente, citadas e reiteradas amiúde, há, contudo, torções e lapsos no processo (GOMES, 2012).

Corpos assim não se conformam diretamente às regras que os regulam, e nunca aderem completamente às normas que impõem as suas materializações. Para Butler (2003), a invenção dos corpos pressupõe, portanto, a sua reinvenção contínua em compreender

as *performances* dos sujeitos que não se *conformam* com seus corpos e de como, nas práticas cotidianas, procuram adequar corpo, sexualidade e gênero, reinventando-os. LGBTQI são sujeitos que corporificam a indefinição desconcertante de estar sempre transitando, ou atravessando a fronteira que separa os gêneros e as sexualidades. Para além de desestruturar os binarismos, definições ou dicotomias de gênero, os corpos *queer* falam da possibilidade do atravessar constantemente as fronteiras de gênero na reconstrução de seus corpos (GOMES, 2012).

Na nossa cultura, em relação ao parâmetro que rege as identidades de gênero, o conceito comum de identidades dissidentes é o de uma condição possível de indivíduos assumirem identidades de gênero, masculina ou feminina, diferentes daquelas que estão em conformidade com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento, relacionada ao seu sexo e ao seu gênero compulsório. Em outros termos, acontece a dissidência, quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento e em consonância aos parâmetros culturais de atribuição de gênero, masculino ou feminino.

Nesse contexto, fazemos uso do termo diferença, reportando à noção de *différance* de Jacques Derrida (2008). Parto da premissa dessa noção, na qual a ideia de presença é fulcral. A lógica da presença entendida como relações binárias entre enunciado e enunciação, que são desconstruídas pela *différance*, quebrando a própria lógica da binariedade presente no gênero. Ou seja, a *différance*, nessa abordagem, dialoga com o seguinte princípio enunciativo: há, para a construção do sentido, algo que nem mesmo a enunciação será capaz de captar por não haver identidade, presença, ontologia que o sustentem (DERRIDA, 2008).

Embora a metodologia moderna de estudos de gêneros baseie-se, hoje, predominantemente no construcionismo social, em relação à transgeneridade, a pergunta simples que fica, ao problematizar a categoria gênero, é: como a transgeneridade de um sujeito poderia ser somente construída socialmente? A resposta não é se basear em uma perspectiva biologizante, mas perceber as subjetivações dos corpos que são atravessados por um biopoder, mas que resistem, não por uma prática de liberdade politizada, mas por uma perspectiva de existência, como ser que busca apenas viver em liberdade de falar-se pelo seu corpo.

Histórica e gramaticalmente, “gênero” surge como um meio de classificação baseada em critérios, permitindo a observação das possíveis distinções entre categorias e agrupamentos isolados que eventualmente se relacionam. Posteriormente, a sentença passa por uma reformulação de significado, ao integrar o discurso das feministas americanas, no qual o termo começou a integrar estudos que abordavam a relação dessas diferenças sexuais, argumentando seus papéis na sociedade. Por conseguinte, o termo passou a moldar uma essência ideológica que abrigava moral, política e cultura e fortemente se contrapunha a sexo, o qual permanecia singularmente anatômico. Dessa forma, uma construção social se estabeleceu (SCOTT, 1995).

De acordo com Scott (1995), na composição do gênero encontramos elementos interligados que o constituem. O primeiro, no campo dos símbolos, em que o gênero é capaz de oferecer inúmeras perspectivas, mas que, por razões relacionadas à cultura, acaba por ficar prisioneiro à lógica binária - pureza e sujeira. O segundo está na ordem de conceitos normativos, que traduzem os significados dos símbolos, porém, procurando restringir sua representatividade aos parâmetros da heteronormatividade. Normalmente, empregados de modo evidente em discursos doutrinários de cunho religioso, educativo, científico, ou, até mesmo, jurídico, discursos buscam alegar a real definição de homem e mulher/masculino e feminino, impondo diretamente que os comportamentos de ambos não conversam entre si.

O terceiro elemento refere-se à ilustração binária dos gêneros. Neste, Scott (1995) esclarece a importância do sexo na sexualidade humana, mas o exclui como fator determinante na escolha de gênero do indivíduo, pois reafirmaria a compulsoriedade da sexualidade. Além de questionar a falta de inclusão nas análises sociais sobre o assunto, como o ponto de vista político, que retrata, em suma, toda censura e repressão imposta às mulheres, resultando em anos de afastamento do seu papel social na história. Por fim, o último elemento que trata da identidade subjetiva, no qual destaca fortemente as dessemelhanças entre gênero e sexo, quando justapostas, o que Butler e Preciado irão fazer posteriormente.

À vista disso, reitere-se com Butler (2003, p.7) que:

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a 'natureza sexuada' ou o 'sexo natural' é o produzido e estabelecido como uma forma 'pré-discursiva' anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age.

Em síntese, o quarto elemento corrobora as identidades de gênero e seu processo de elaboração, tendo como foco, principalmente, a diversidade sexual que acompanha o ser humano ao longo da vida e de seu amadurecimento e com uma atenção especial ao que vem a ser relevante durante esse processo. Assim, ao afastar a ideia de uma primazia sexual, abrirá espaço para outras tantas influências adquiridas por um indivíduo.

Seguindo os Princípios de Yogyakarta<sup>2</sup>, nos é dada esta definição para identidade de gênero:

A profundamente sentida experiência interna do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (ICJ, 2007).

Interpreta-se identidade de gênero como uma composição individual do sentimento de identidade que forma cada pessoa. Sendo configurada pelas influências que recebemos, ainda assim, dissocia-se e dá origem a um novo sentido, em consonância com sua orientação e práticas/desejos sexuais, discernindo que as identidades podem ser alteradas à própria vontade do ser humano (GROSSI, 1998). A identidade de gênero exprime inteiramente a percepção e autoconhecimento que o ser humano possui, possibilitando-o se definir, se delinear e se expressar.

Cada vez mais se torna estranha a oposição binária de orientação sexual heterossexual/homossexual, assim como a de gênero, masculino/feminino. Se as diferenças de comportamento sexual já não se adequavam ao binarismo, hoje, nem para as diferenças de gênero elas fazem sentido. Judith Butler (2003) explica a transgeneridade subjetiva, da única maneira teoricamente coerente, atualmente, usando a teoria psicanalítica tradicional. De qualquer modo, esse entendimento não parece explicar inteiramente a transgeneridade, além de levar as(os) pesquisadoras(es) a pensá-la como uma patologia. No rumo traçado por Butler (2003), a transgeneridade em uma perspectiva, a de ser necessariamente percebida para além de tipos de posições estruturais, uma vez que se pode colocar em dúvida que toda existência, aparentemente fêmea biologicamente, tenha de ser convertida socialmente em uma mulher.

O caráter transgressor da transexualidade, no que tange à norma heterossexual, sócio-historicamente constituída, coloca em discussão essa transgressão, entendida como um desvio de um padrão de normalidade, e, tomando como parâmetro a psicosexualidade, a experiência do corpo não pode ser redutível a sua condição somática, mas, tampouco, à sua condição simbólico-representacional alcançada pelo trabalho psíquico. A pulsionalidade do corpo implicaria a relação de disjunção e de articulação entre, de um lado, o corpo e sua dimensão somática, e, de outro, as representações construídas e que conferem sentido à experiência do corpo e de si mesmo.

Assim, sugerimos um sujeito discursivo transexual que se duplica; aqueles possivelmente plenos e realizados, oriundos de construções de orientações sexuais e identidades de gênero regidas pela complexidade e pela dependência mútua do somático (corpo) e do simbólico representacional, alcançados pelo psíquico, isto é, a complexidade de uma identidade construída subjetivamente, como sujeito indivíduo, ao lado de uma construção discursiva que já os aceita na categoria de sujeitos sociais, sujeitos que se dão, concomitantemente, no decorrer do tempo e que têm como resultado, atualmente, um "quase sujeito" social.

Inspirado em Derrida (2008), colocamos em discussão a questão das diferenças, da dubiedade, da ambivalência, da multiplicidade, isto é, discutimos a heterossexualidade e a homossexualidade como sendo verdades absolutas, além de manipulações que legitimam

<sup>2</sup> Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

tais verdades, com as quais estamos acostumados. Isto é, na perspectiva da concomitância dialética, com simultaneidades regidas por graus tensivos, sem negar a existência do duplo, sem negar as articulações com sentidos contrários, mas, também, sem a noção de escolha “ou isso, ou aquilo”, Assim, para a identificação dos sujeitos, pensando na possibilidade de gradientes, como sistemas de muitas diferenças de condição e comportamento sexual e de gênero, que se cruzam e são interdependentes, marcando os indivíduos temporalmente: gradiente de orientação sexual, que vai da homossexualidade à heterossexualidade e vice versa, passando por graus de bissexualidade; gradiente de identidades de gênero, que vai das mulheres e homens cisgêneros, em oposição às mulheres e homens transgêneros, passando por graus de masculinidade e feminilidade, independentemente do biológico; aparência e comportamentos de gênero que vão do masculino ao feminino e vice-versa, passando por graus de androgenia.

Esses gradientes biopsíquicos se superpõem em enorme complexidade e também fazem parte do processo histórico-cultural dos dispositivos de construção das diferenças. Resumindo, a questão de se ter uma identidade, como algo definidor e estático, é repudiada por nós e sugerimos gradientes subjetivos de identidades de gênero que se interdependem e se complementam com gradientes subjetivos de orientações sexuais e comportamentos sociais de sexo/gênero, que caracterizam indivíduos. Alguns desses sujeitos realizam um trabalho de transgressão das normas compulsórias de modo de ser e de comportamentos e são precursores das mudanças sociais. Reconhecemos no nosso trabalho de campo, a partir de depoimentos, que pessoas transgêneras, muitas vezes, só aceitam identidades, denominadas travestis, ou transexuais, para se tornarem inteligíveis socialmente, ou para lutarem por políticas públicas, já que o ser humano, regido por gradientes que se interdependem e se complementam no tempo, é de um constante devir, passível de mudanças e tem o direito fundamental de ser quem sente que é.

Recorremos a Preciado e sua crítica ao feminismo construtivista. Ao dizer que o gênero não é somente um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas, Preciado (2014) busca dar forma e significado ao corpo, em conformidade com a cultura ou com o momento histórico em que ele se encontra. De modo algum, o autor se alia aos modelos explicativos pautados na dualidade natureza/biologia, como se um cromossomo fosse determinar o gênero e a sexualidade do sujeito. Segundo Gomes (2012), a solução que ele sugere para superarmos tais explicações é muito semelhante ao que Judith Butler pontuou pela primeira vez, em 1993, em *Bodies that Matter*, a ideia de performatividade.

O que Preciado (2014) irá fazer é buscar outro termo, ou seja, o gênero seria, antes de tudo, prostético e que não se dá senão na materialidade dos corpos. Baseando-se nas noções de “transversalidade”, de Deleuze (1995), e de “desconstrução”, de Derrida (2008), assim, Preciado entende o gênero como algo que é constante e puramente construído e, ao mesmo tempo, inteiramente orgânico (2014).

No *Manifesto Contrassexual* (PRECIADO, 2014), veremos que a contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos e as falhas da estrutura social-discursiva, considerando a importância dos lugares ocupados pelos corpos de todxs aqueles que não se encaixam, como os “[...] intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapos, bibas, fanchas, butchs, históricas, saídas ou frígidas, hermafrodykes, reforçando o poder dos desvios e derivações em relação ao sistema heterocentrado” (PRECIADO, 2014, p. 27).

No terceiro capítulo do Manifesto – com o título Teoria, encontramos a discussão que demonstra como o sexo, pelo menos a partir do século XVIII, é o resultado de uma tecnologia biopolítica. Isto é, o autor reflete sobre o processo de todo um complexo sistema de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos com a sexualidade e os usos atribuídos a eles.

Preciado (2014) fará uma releitura de Foucault acerca da noção de tecnologia, a qual tinha sido repudiada tanto pelo feminismo clássico quanto pelas políticas anticoloniais, uma vez que era entendida como índice de dominação masculina. Além da presença de Foucault, outras obras irão marcar o pensamento do filósofo, como o Manifesto Ciborgue (1989), de Donna Haraway, como ponto de inflexão para a repolitização de categorias, como o feminino, o animal, a natureza - que haviam sido pensados precisamente na própria fronteira da tecnologia biopolítica.

Mas o que mais chama atenção são as respostas que Preciado elabora a uma série de perguntas formuladas no início da obra. Como aproximar-se do sexo como objeto de análise? Que fatos históricos e sociais intervêm na produção de gênero? Pode-se falar e

escrever sobre a sexualidade e o gênero heterossexual, sendo gay ou lésbica? Ou, ao contrário, pode-se falar sobre a sexualidade e o gênero de gays e lésbicas sendo heterossexual? A essas respostas convidamos o leitor para a leitura do Manifesto Contrassexual. Só acrescentaríamos uma pequena passagem de uma entrevista que fiz com um casal hetero e ao mesmo tempo dissidente. Explico: o casal é formado por uma mulher que se identifica por orientação bissexual e um homem trans que se identifica por orientação hetero.

Ao expressar seu sentimento na forma de ver seu parceiro ela diz: - [...] porque os meus olhos viram isso e as outras pessoas não conseguem ver, que construção social que fazem que as pessoas o enxerguem dessa forma [...].

## 2 O “QUASE SUJEITO SOCIAL” TRANSGÊNERO! A BIOPOLÍTICA E A TRANSGRESSÃO SEXUAL

Estabelecendo um contraponto com o sujeito individual Transgênero, temos o “quase sujeito” social (discursivo), aquele que ainda não existe, ou está no início da formação de sua “presença discursiva”. Os discursos com temática trans são fortemente passionais. Na tentativa de dar conta do processo discursivo que os engendra como “quase-sujeitos” podemos ter uma definição existencial, de ordem propriamente semiótica, a partir de tipologias de modos de existência de sujeitos.

É inegável que as noções de sexualidade e gênero são mediadas socioculturalmente, não somente sugeridas biologicamente. Mas, mesmo considerando as posições teóricas “construcionistas moderadas” – aquelas que aceitam impulsos inerentes ao ser humano, por meio dos quais, são construídas sócio-ideologicamente - as identidades sexuais e de gênero, discursivamente compreendendo os sujeitos transexuais e travestis, por exemplo, ficam de fora. No entanto, esses indivíduos transgêneros realizam um “atravessamento” muito importante para pensarmos sobre o que nos ensinam com suas vivências transgressoras. Como já comentado, a área da sexualidade e gênero, sobretudo, é discursivamente manipulada *bio* politicamente, visando atender aos interesses de uma sociedade controladora, heteronormativa compulsória, na qual só pode existir o dualismo de gênero, com predominância, ainda, do poder masculino.

Michel Foucault, para a atualidade, torna-se cada vez mais evidente. Seus escritos deslocaram as teorias clássicas sobre o poder, a política e o Estado. Pesquisadoras(es) dividem a obra foucaultiana em três períodos. Cada um deles é distinto entre si, mas possuem aproximações e se articulam, já que são “marcas” que demonstram as apreensões do autor em seu percurso intelectual. Os três momentos da obra de Foucault estão divididos em: (a) Arqueologia do saber; (b) Genealogia do poder; e (c) Genealogia da moral.

Ao publicar *Arqueologia do Saber*, em 1969, Foucault que já havia estudado e pesquisado os saberes e a linguagem, passa a priorizar a investigação das relações microfísicas da história. Com início cronologicamente datado em 1970, a nova fase refletiu a condução de Foucault para outro campo de estudos: o poder e a política. Em *Vigiar e Punir* (1987) observa-se com clareza o pronúncia do termo microfísica do poder. Da história do nascimento da prisão derivaram noções fundamentais sobre a política do corpo e a compreensão das condutas que sobre ele se operam constantemente em sociedade.

Na apresentação de Foucault, Barros, ao se referir à vigilância panóptica, deixa claro que há uma sanção normalizadora que articula-se, em seguida, a uma nova modalidade de poder, o poder sobre a vida, o que Foucault denominará de biopoder. “Este se aplica aos vivos, à população e à vida e se articula ao discurso racista e à luta das raças” (FOUCAULT, 2003, p.VIII) e acrescentaríamos aos discursos misóginos e lgbtfóbicos. Veremos que a década de 1970 será marcada por um novo direcionamento dos trabalhos de Foucault, para além das suas pesquisas sobre a linguagem e as ciências humanas. A proposta deixa de ter a arqueologia do conhecimento e das articulações feitas no interior da discursividade, como o centro, para potencializar a compreensão dos mecanismos de sujeição e controle.

Foucault não deixa de destacar a articulação entre esses mecanismos de poder e suas imbricações com as formas de saber científico, empreendendo uma análise dos poderes, em que os saberes são vistos como poderes e a descrição do poder presentes nas instituições supostamente não políticas, isto é, nas práticas discursivas.

Em um de seus vários cursos, especificamente no “Em defesa da sociedade” (2000), Foucault demonstra como os discursos de guerra podem ser criados, e acrescentaríamos recriados, no campo de batalha que é a história, principalmente na história de vida de muitas(os) daquelas(es) que são invisibilizados por terem seus corpos calados.

É nesse mesmo curso que surge a provocação de um embate no qual a interferência das ideias e ideologias não são percebidas; espaço no qual as ressonâncias modernas têm outra forma; no qual as características são preservadas nas bordas, expulsas da cena, na medida do desenvolvimento de novos organismos, no caso especial, o Estado moderno (RAGO; MARTINS, 2007). Assim, Foucault chama atenção para um conflito em que o nível de ressonância é outro. O embate toma um outro rumo, em que ele se torna muito mais imprevisível, sem o referencial, sem armas válidas num território posto e onde a violência sobre os corpos é imperial.

Foucault analisa o “[...] poder da soberania e o poder sobre a vida, o homem-corpo e o homem-espécie, a aplicação das normas [...]” (PAVIANI, 2014, p. 69). Nesses estudos o autor aborda tanto o século XVII em que o soberano detinha o poder sobre a vida, e, já no século XIX, o poder é o responsável não pela vida, mas, sim, pelo deixar morrer.

Ao procurar compreender como a política influencia na subjetivação, Foucault não somente reflete sobre o que é o ser humano, mas aborda tanto conceitos de Platão e Aristóteles para refletir sobre os modos de ver o processo de política e vida em sociedade. Em Duarte (2009), no texto *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*, o tema biopolítica ainda é o foco. O autor nos mostra que Foucault notou que, nos sistemas totalitários de governo, o poder estava não somente na mão de um soberano, como era comum até o momento, mas era dividido entre a população, de modo que uma maioria da população tinha um poder sobre uma minoria (DUARTE, 2009).

Foucault procurou entender esse processo, analisando como as formas de poder conseguiram disseminar na população seus ideais e crenças fascistas, stalinistas e nazistas. Assim, ele não analisou profundamente esse processo, já que seu ideal era somente compreender as formas de poder, de modo que, pelas suas reflexões dispersas sobre o assunto, tirou como conclusão e conselho que a associação entre fascismo e vida não devia ser seguida, para se evitar uma vida fascista. Segundo a visão desse autor, os sistemas totalitários, vigentes na época, eram manifestações exasperadas de poder, uma doença do poder, que ele dizia que não voltaria a acontecer da mesma forma, porém afirma que as formas de totalitarismo do século XX, podem repercutir no século XXI, assim como o século anterior foi influenciado pelo século XIX (RAGO; VEIGA NETO, 2009).

A transexualidade desconstrói essa ditadura, demonstrando que há uma pluralidade de sexualidades e generidades que não se enquadram em formações bigêneras. A transexualidade comprova que nem toda pessoa, aparentemente macho, será convertida socialmente em homem e vice-versa. Desse modo, escapa-se do dualismo estrutural, macho/fêmea, homem/mulher, mas pouco se pensa em como essas identificações de gênero são estabelecidas e, principalmente, não se respeita o direito de alguém ser quem sente que é. E aí surge uma questão bioética específica aos sujeitos transgêneros (travestis, transexuais, etc.), de evidente desrespeito ao seu modo de ser, pelas omissões no pensar e agir, inclusive como objeto teórico. De acordo com Butler, há corpos que adquirem significado, que se materializam como sujeitos discursivos e obtêm legitimidade. Há também “[...] corpos que não importam, são corpos ‘abjetos’. Tais corpos não são inteligíveis” (um argumento epistemológico semiótico) “e não têm uma existência legítima” (um argumento político, pois normativo) (BUTLER, 2010, p. 8). Acrescenta que tais corpos tendem para a ausência, são corpos que estão em posição mista entre presença/ausência, do ponto de vista da semiótica tensiva. Para a sociedade, as/os transgêneros ainda são sujeitos invisíveis. Dentro da categoria presença/ausência a tensão aponta para a ausência. Assim, são tratadas/os como pré-sujeitos, ou “quase sujeitos”, sem que a sociedade lhes proporcione proteção médica ou jurídica.

Pelo contrário, o que vemos são discursos arrogantes, cada vez mais patologizantes, como uma forma de lhes tirar a autonomia até sobre os seus próprios corpos. Os maiores problemas das pessoas trans continuam sendo oriundos da falta de uma legislação para que mudem seus nomes e gênero, em seus registros de nascimento, e todas as consequências que a transfobia acarreta, não só para os transgêneros, como também para seus familiares.

### 3 “COMO VOCÊ VAI DESISTIR DE QUEM VOCÊ É!”

Faremos uso de um codinome, em respeito ao meu colaborador, e o chamarei de G., porque em sua fala eu o percebi como um Guerreiro que entra na batalha todos os dias para ser reconhecido e visto como homem, pois é assim que se sente e se percebe. G homemtrans, 27 anos, segundo grau completo e desempregado, na época em que me cedeu a entrevista.

A sua condição de desemprego, G associa à sua identidade trans. Por ter assumido uma identidade de gênero diferente daquela atribuída no nascimento, ele tem sua vida marcada pelo seu próprio corpo, como expressão transgressora e de resistência. No dia 18 de junho de 2018, foi publicada a 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID), um sistema criado para relacionar, sob um mesmo padrão, as principais enfermidades, problemas de saúde pública e transtornos que causam morte ou incapacitação de pessoas. Antes, a CID-10, formulada há 28 anos, incluía as questões de identidades de gênero no rol dos “[...] transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento”. A nova versão será apresentada aos Estados-Membros das Nações Unidas, na Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2019, e entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2022.

Segundo a nova classificação (CID-11), as identidades trans deixam de ser consideradas “transtorno de gênero” e passam a ser diagnosticadas como incongruência de gênero, uma condição relativa à saúde sexual, que também passou a ganhar um capítulo próprio na classificação. Nela, a incongruência de gênero é apresentada como uma situação “[...] caracterizada por uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo experienciado de um indivíduo e o sexo atribuído”. Ainda de acordo com o texto, “[...] comportamento variante de gênero e preferências, por si só, não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo” (NOS).

A utilização do termo e a manutenção da questão de gênero na CID, ainda que não como doença, gera discussões. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) luta pela completa despatologização, mas percebemos que a retirada dessas classificações como travestismo e transexualismo, já é significativa importante. A recondução desses termos e a retirada do número da CID que patologizava e colocava essas identidades como transtornos mentais é um avanço importantíssimo para continuarmos no debate sobre a despatologização.

De acordo com a OMS (2018), a manutenção do termo “incongruência de gênero” busca garantir que a população trans tenha sua condição reconhecida por médicos e hospitais, no momento em que procurem atendimento nos diferentes sistemas de saúde. A lógica é que, enquanto as evidências são claras de que não é um transtorno mental, e de fato pode causar enorme estigma para as pessoas que são transexuais, ainda existem necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhores, se a condição for codificada sob o CID, conforme o texto de divulgação das mudanças.

Essa mudança poderá ajudar muito G em seu processo de transição, pelo menos no âmbito burocrático, pois veremos que, nas relações interpessoais, a mudança ainda caminha a passo muito lento. No Brasil, já há reconhecimento formal da identidade trans. O Ministério da Educação, por exemplo, autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Já o Ministério da Saúde tem, desde 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que reconhece particularidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Não obstante, ainda é preciso avançar.

Quanto ao nome social, que não objeto de investigação desta pesquisa, mas que está imbricado em questões que envolvem as identidades assumidas, a autoafirmação como ser social e relação usuário do sistema de saúde e profissionais da saúde. No dia 1º de março de 2018 o Superior Tribunal Federal deliberou pelo direito de todos de escolher a forma como deseja ser chamado. Assim, por unanimidade, reconheceram que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo, no registro civil, sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelas(os) ministras(os) para decidir pela autorização.

O processo de transição pelo qual G vem passando é marcado por um biopoder institucionalizado pela biopolítica. Com nenhuma condição econômica para fazer uso de saúde privativa e muito convicto de que a sua trajetória tem que ser realizada com acompanhamento médico, G recorre ao SUS. O caminho percorrido é burocrático, sinuoso e muitas das vezes expressa a sensação de mendicância a um direito adquirido.

Seus passos iniciais se deram pela busca de um auxílio médico em posto de atendimento de saúde local – Posto de Saúde da Família; após consulta foi orientado a solicitar autorização de tratamento junto à Secretaria de Saúde do Município; o interlocutor foi o secretário de saúde (SS) que ocupava o cargo naquele momento.

As orientações dadas pelo secretário da saúde, após tomar conhecimento do caso, foi de que G deveria realizar todos os procedimentos, de acordo com as normativas do SUS, dentro de um cronograma de consultas que passava pelas especializações em ginecologia, psiquiatria e psicólogo. Entendemos que este percurso está dentro de parâmetros que visam o cuidar do indivíduo, porém as práticas que veremos nos relatos de G não correspondem a esse pressuposto. A verdade do saber presente no biopoder desarticula toda e qualquer desejo de o corpo falar por si.

- “inclusive nós tivemos um problema com o ginecologista, para a gente conseguir; o SS instruiu a gente procurar o ginecologista primeiro e fazer todo o percurso, passando pelo ginecologista, endócrino, psiquiatra e psicólogo para ele dar início ao tratamento hormonal” (depoimento da companheira de G);

- “[...] fomos ao ginecologista e, aparentemente, que ele tinha vindo da Tailândia e feito uma especialização lá de mudança de sexo sobre transexualidade, a gente pensou que ele fosse uma pessoa bastante instruída; não passou exames nenhum pra saber como tava o organismo dele e já deu a entrada no tratamento hormonal; já passou Durateston, aí passou três doses para ele tomar de 15 em 15 dias e ele passou a ter efeitos colaterais” (depoimento de G);

Nesse primeiro recorte de fala, realizada pela parceira de G, percebemos que o contexto do biopoder se instala de tal forma que a pessoa envolvida passa a dar todo crédito de confiança a este “saber/poder” instituído. Veja as consequências:

- “[...] aí voltamos para falar com esse médico e ele passou um outro remédio; perguntamos a ele, se para pegar outra receita de Durateston, nós deveríamos estar pegando outro encaminhamento pra agendar, ou se poderia ir diretamente a ele para dar a receita e ele falou que não, era só passar que iria deixar com a atendente” (depoimento de G);

Quarenta e cinco dias após o início do tratamento, ao passar pela clínica para buscar outro receituário se depararam com a informação, em forma de bilhete, que seria a última receita que forneceria e que G deveria procurar um especialista em endocrinologia.

Em um contexto de saúde pública, no interior de Mato Grosso, não era de se estranhar que o serviço público não disponibilizasse de profissional com tal especialização. A biopolítica entra em cena e corpos que querem se expressar encontram barreiras quase que intransponíveis.

#### 4 “COMO VOCÊ VAI DESISTIR DE QUEM VOCÊ É! 2”

Ao retomar Preciado (2014), percebemos que a desconstrução que aqui se opera é sobre a concepção de que os órgãos sexuais existem em si mesmos e pensá-los então como produtos de um dispositivo (Foucault, 1988) ou uma tecnologia (Preciado, 2014) é que tem de antemão os moldes de cunho já estabelecido. Os chamados “contextos sexuais” são o que levam a contrassexualidade a apoiar-se sobre um tríptico paradigma de práticas contrassexuais que evidenciam um momento de “mutação pós-humana do sexo” e podem servir de contracunho para promover a deformação necessária a um corpo não sexualmente genitalizado (HADDOCK-LOBO, 2016).

Outro dia desses, encontramos G esperando o ônibus que o levaria para a universidade. Ficamos felizes em vê-lo e que ele havia dado um importante passo na busca de seu reconhecimento como pessoa. Passos que estão sendo dados para deixar de ser um quase-sujeito. O lado triste é que percebemos a mesma expressão de tristeza em seus olhos; mas não gostaríamos de terminar este texto dessa forma...G, ao me encarar, abriu um sorriso que me dizia que: “*Não desisti de ser quem eu sou!*”

## REFERÊNCIAS

- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. V. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Perspectiva, 2008.
- DUARTE, A. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: VEIGA, A.; RAGO, M. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.35-50.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008b.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 24, p.1-14, Florianópolis, 1998.
- HADDOCK-LOBO, R. Preciado e o pensamento da contrassexualidade (Uma prótese de introdução). *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p. 77-92, 2016.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. da. *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.33-118.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionadas à Saúde (CID 11). Disponível em: <http://www.sbd.org.br/noticias/oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11/>
- PAVIANI, J. A gênese da biopolítica: vida nua e estado de exceção. In: PAVIANI, Jayme. *Uma introdução à filosofia*. Caxias do Sul: Educ, 2014. p. 1-301.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo:n-1 edições, 2014.
- RAGO, M.; MARTINS, A. L. (org.). *Revista Aulas- Dossiê Foucault*, n. 3, Campinas-IFCHS, p.1-716, dez. 2006/ mar. 2007.
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990..

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VEIGA NETO, A.; RAGO, M. (org.). *Para uma vida não-fascista*. Introdução. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.



Recebido em: 18/12/2018. Aceito em 26/01/2019.